



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARNAMIRIM
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE E DO IDOSO DA COMARCA DE PARNAMIRIM/RN**

"A mudança de paradigma e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ampliam o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo e asseguram aos adolescentes que infracionam oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Desta forma, esses direitos estabelecidos em lei deve repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais que incluam o adolescente em conflito com a lei".
Murilo Digiácomo – Promotor de Justiça do Estado do Paraná.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por sua Representante ao final assinada, no uso das suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento nos artigos 129, III, e 227 da Constituição Federal, nos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 6.º, 124, 201, V, e 210, I, da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e, ainda, de acordo com os preceitos gerais da legislação civil e processual civil, especialmente a Lei Federal n.º 7.347/1985, vem ajuizar a presente **AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO LIMINAR** em face do **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Centro Administrativo do Estado, localizada na BR 101, quilômetro zero, Lagoa Nova, CEP 59000-900, Natal/RN, que por força do art. 12, do CPC, deverá ser citada através da Procuradoria Geral do Estado, com endereço à Av. Afonso Pena, 1155, Tirol, CEP 59020-100, Natal/RN, e da **FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC**, Fundação de Direito Público, gestora do sistema estadual socioeducativo, localizada no Centro Administrativo do Estado, tendo como diretor presidente o Sr. KERGINALDO JACOB DE MEDEIROS, a ser citada na pessoa de seu representante legal, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1. DOS FATOS:

A Peça de Acompanhamento nº 033/2008 traz em seu bojo termos de inspeção realizados por este órgão ministerial durante os anos de 2009 e 2010 na Unidade Socioeducativa de Internação, CEDUC-PITIMBU, situada neste Município, bem como outros documentos técnicos, dentre eles, relatório confeccionado pela Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, que evidenciam com clareza e robustez a inobservância por parte da Administração Pública Estadual dos parâmetros previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) para execução do serviço socioeducativo de internação destinado a adolescentes sentenciados judicialmente com medida socioeducativa de internação.

Os documentos que instruem a sobredita Peça comprovam que o CEDUC Pitimbu funciona em instalações bastante precárias e insalubres e em superlotação, atendendo, conforme último termo de inspeção datado de 27 de Janeiro de 2011, 79 socioeducandos, quando sua capacidade é para atender número máximo de 50 (cinquenta) adolescentes, prejudicando significativamente a ação socioeducativa que deve ser implementada na perspectiva de garantir o desenvolvimento pessoal e social do socioeducando de modo a incorporar ou ao menos despertar interesse para os valores morais, como respeito, valor à vida, tolerância, responsabilidade, para que passem a ser referência no seu modo de agir quando do convívio social não mais reincidindo na prática infracional.

Essa deficiência na prestação do atendimento socioeducativo na modalidade internação pelo Governo do Estado se arrasta desde final de 2007, quando na época para a resolução na esfera extrajudicial da falência do serviço socioeducativo de internação foi formalizado Termo de Ajustamento de Conduta e de um Termo Aditivo nos autos do Inquérito Civil nº 004/2007 entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Parnamirim, e a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente - FUNDAC/RN, respeitante à observância das exigências previstas nos arts. 94 e 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente por parte do programa socioeducativo de internação prestado pelo Centro Educacional Pitimbu, neste Município.

Com vistas a acompanhar o cumprimento das obrigações pactuadas no referido termo de ajustamento de conduta e aditivo foi instaurada a Peça

de Acompanhamento nº 033/2008, ora anexa, a qual encontra-se instruída com recentes fotografias das condições desumanas e degradantes vivenciadas pelos adolescentes internos, sobretudo em razão da superlotação e péssimas condições de habitabilidade, salubridade e higienização existente na Unidade Socioeducativa em questão.

A citada Peça de Acompanhamento foi instaurada por despacho em 09/05/2008 com a finalidade de fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes do Termo de Ajustamento de Conduta e Termo Aditivo formalizados nos autos do Inquérito Civil nº 004/2007 entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Parnamirim, e a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente - FUNDAC/RN, respeitante à observância das exigências previstas nos arts. 94 e 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente pela Unidade Socioeducativa CEDUC Pitimbu.

O Termo de Ajustamento de Conduta de fls. 06 a 14 dos autos da Peça de Acompanhamento foi assinado em 12/12/2007 e o Termo Aditivo, acostado às fls. 03 a 05, em 03/01/2008, devendo as disposições neles contidas serem cumpridas integralmente conforme cronograma de fls. 15 a 18.

Os documentos de fls. 24 a 37 noticiam as medidas então adotadas e das metas planejadas pela FUNDAC no desiderato de cumprir as cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta em comento, especialmente no que diz respeito às reformas nas instalações das Unidades de Privação de Liberdade CEDUC Caicó, CEDUC Mossoró e CEDUC Pitimbu.

Através do expediente de fls. 38 a 39, diante do descumprimento da obrigação constante na cláusula 1ª, item 2, do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre as partes foi requisitado a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente encaminhasse relatório circunstanciado das medidas administrativas até então adotadas para o cumprimento tempestivo da obrigação referente à implantação de Unidade de Internação para adolescentes em conflito com a lei na região da grande Natal, disposta na cláusula 1ª, item 1, do TAC em tela.

Em resposta, a FUNDAC, por intermédio do ofício de fls. 40 e 41, informou que o Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 30/01/2008, suprimiu a cláusula que previa a desativação do CEDUC Pitimbu, e que, portanto, mesmo após a construção da nova Unidade de Internação o Centro Educacional

Pitimbu iria continuar funcionando desde que observadas as exigências preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Quanto às providências adotadas para viabilizar a construção do CEDUC da Região Metropolitana, foi noticiado que a FUNDAC já havia encaminhado projeto arquitetônico e proposta pedagógica para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República nos moldes do ECA e do SINASE, reservando dotação orçamentária para a contrapartida.

Em despacho de fl. 77 datado de 10/03/2009 foram elencadas as cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta que haviam sido inadimplidas pela FUNDAC, determinando a realização de diligências, dentre as quais o aprazamento de audiência, oportunidade na qual a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente deveria apresentar cronograma de cumprimento das obrigações decorrentes do TAC, apontando com precisão o período para adimplemento de cada uma delas.

Conforme ofício de fls. 130 encaminhado a essa Promotoria de Justiça em 19/03/2009, a FUNDAC informou que, para cumprimento do pactuado no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em questão, mais precisamente no que diz respeito à implantação de uma Unidade de Internação na região da grande Natal, foi elaborado e encaminhado para apreciação e posterior financiamento pela Presidência da República/ Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente projeto com esse objetivo. No mesmo documento a Fundação noticiou ainda que, no que diz respeito ao CEDUC Metropolitano, foi mantido contato com a DATANORTE, tendo esta se comprometido a disponibilizar uma área de sua propriedade para a edificação da citada Unidade, a qual encontra-se situada no município de São Gonçalo do Amarante, Regumuleiro, e, por fim, que foram destinados no Plano Plurianual 2008 – 2011 recursos relativos à contrapartida necessária e que, segundo informações prestadas pelo CONANDA, os projetos encaminhados no exercício 2008 encontravam-se no aguardo para a viabilização das parcerias/financiamento.

Através do ofício de fls. 147/151, encaminhado em abril de 2009, a FUNDAC/RN informou que, em relação às reformas das instalações físicas do CEDUC Pitimbu, tais obras já estavam em fase de conclusão, tendo sido recuperados alojamentos, com as paredes concretadas, e substituída toda a instalação elétrica e hidráulica, contemplando aspectos de ventilação e iluminação natural dos espaços. Foi mencionado ainda que a efetivação da reforma foi retardada em razão de alguns

obstáculos, tais como a superlotação da Unidade em questão (a reforma teve que ser realizada por módulos, com transferência e acomodação dos internos), a existência de rivalidade entre os socioeducandos, e a ocorrência de rebeliões no CEDUC Pitimbu, o que fez com que alguns alojamentos que já haviam sido reformados fossem destruídos pelos adolescentes (incêndios, avarias nas paredes, danos nas instalações elétricas e hidráulicas, dentre outras avarias).

Às fls. 158/159 dos autos das Peças de Acompanhamento consta documento subscrito por Socioeducadores da Unidade de Privação de Liberdade CEDUC Pitimbu, o qual denuncia, dentre outras questões relevantes, as condições precárias e desumanas da Unidade em questão.

O ofício de fl. 176, datado de 05/05/2009, noticia que no Plano Plurianual PPA 2008-2011 foram contemplados recursos públicos estaduais para a construção do Centro Educacional da Região Metropolitana de Natal, como também na Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto na Lei Orçamentária de 2009.

Diante do teor do ofício de fl. 170, através do qual a Controladoria Geral do Estado informou que o Poder Executivo Estadual, relativamente ao último quadrimestre do ano de 2008, encontrava-se um pouco abaixo do limite prudencial - 46,55% - previsto pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a representante ministerial determinou a expedição de ofícios ao Secretário Estadual de Administração e Recursos Humanos requisitando esclarecimentos acerca do processo administrativo respeitante a realização de concurso público para provimento de cargos de agentes educacionais (socioeducadores), psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, dentre outros, do quadro funcional da FUNDAC, bem como à presidente da FUNDAC, solicitando informações quanto a situação do processo seletivo de contratação temporária à época.

Em resposta, a FUNDAC encaminhou a essa Promotoria de Justiça histórico do protocolo do processo administrativo que trata da contratação temporária, argumentando também que a referida Fundação iniciou o processo de contratação temporária desde o dia 22/07/2008 (doc. de fls. 221).

Encontra-se acostado à fl. 240 dos autos ofício do CEDUC Pitimbu, datado de 03/09/2009, noticiando a existência de 111 (cento e onze) adolescentes cumprindo medida socioeducativa na referida Unidade.

Às fls. 241 a 243 consta ofício da FUNDAC, datado de 14/09/2009, informando que o projeto para a construção do CEDUC da região metropolitana de Natal

já se encontrava na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e que, para reforço do pleito, o projeto em tela, acompanhado do plano de trabalho e das respectivas plantas, foi cadastrado no SICONV – Sistema de Gestão de Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria, no intuito de agilizar a análise e os encaminhamentos pertinentes necessários à efetivação da parceria. Esclareceu, ainda, que devido à aspectos de ordem técnica de engenharia, sobretudo no que diz respeito à topografia da área, o CEDUC metropolitano não mais será edificado no município de São Gonçalo do Amarante e sim em Ceará-Mirim, em uma área de propriedade da DATANORTE.

Ainda no mesmo ofício, foi informado que a primeira etapa da obra de reforma do CEDUC Pitimbu já havia sido concluída, tendo contemplado 09 (nove) alojamentos com a recuperação das instalações elétricas e hidráulicas, concretagem das paredes e cobertura dos pavilhões. Noticiou-se também que a área da cozinha estava sendo reformada e que novos alojamentos destinados aos educadores e policiais estavam sendo construídos, estando previsto para o mês de outubro de 2009 o término de tais reformas. Outrossim, argumentou a FUNDAC que a manutenção das bases físicas do CEDUC Pitimbu em boas condições é tarefa extremamente difícil, levando-se em consideração superlotação da Unidade, as características dos internos e a dificuldade que é para os adolescentes ficarem privados de sua liberdade, o que gera tentativas de fuga, rebeliões e motins, de forma que muitos pavilhões já reformados encontram-se danificados.

Em despacho de fls. 259, datado de 20/10/2009, a representante do Ministério Público determinou que fosse certificado o ajuizamento e ação de execução de obrigação de fazer em face da FUNDAC pelo descumprimentos das cláusulas quinta e sétima do Termo de Ajustamento de Conduta em questão, além de que fosse notificada a FUNDAC para que adotasse as providências administrativas necessárias a regularizar a situação de insalubridade detectada nos Núcleos de Convivência nº 02, 04, 06, 07 e 08, devendo serem informadas as medidas tomadas. Restou determinado ainda que a FUNDAC deveria informar a situação do projeto de construção da nova Unidade Socioeducativa de Internação para a região da grande Natal, considerando que o prazo previsto no Termo de Ajustamento de Conduta se exauria em dezembro de 2010.

À fl. 325 dos autos consta ofício do CEDUC Pitimbu, datado de 02/03/2010, noticiando que a referida Unidade se encontrava à época com 118 (cento e dezoito) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de

liberdade, o que caracteriza uma superlotação que compromete a qualidade do trabalho socioeducativo desenvolvido, além de colocar em risco pessoal e social os adolescentes e funcionários.

Repousa às fls. 326 e 327, datado de 01 de Março de 2010, expediente subscrito pela à época Diretora Presidente da FUNDAC, esclarecendo que a conclusão da reforma predial na Unidade CEDUC-Pitimbu ocorreu em 27/12/2009, já tendo sido elaborado novo Projeto de Reforma e Ampliação da Unidade, inclusive, já aprovado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, devido a precariedade de suas instalações, constando às fls. 385 a 397 cópia do respectivo Convênio com essa Secretaria do Governo Federal, datado de 28 de Dezembro de 2009.

O sobredito expediente também informa que a DATANORTE havia cedido um terreno localizado no Município de Ceará-Mirim, mais precisamente na confrontação das ruas Ielmo Marinho e Assis Venâncio, encaminhando também cópia do Termo de Cessão celebrado. Foi noticiado ainda que para a viabilização de Parceria com a Presidência da República/Secretaria Especial de Direitos Humanos, foi elaborado projeto de plano de trabalho específico, o qual seria incluído no SICONV até 15/03/2010 para análise e posterior financiamento.

Através do ofício de fls. 484 e 485, datado de 16/09/2010, a FUNDAC noticiou que firmou convênio com a União, através da Presidência da República/Secretaria de Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (convênio nº 737298/2010 – 17) para a construção da Unidade de Privação de Liberdade da Região Metropolitana – CEDUC/Ceará-Mirim e que, com um repasse já efetuado pela Concedente – SEDH, da ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o convênio encontrava-se parado em razão da falta de orçamento para a contrapartida.

Também consta às fls. 663 a 674 cópia do referido convênio nº 737298/2010, datado de 29 de Junho de 2010, correspondendo os recursos necessários à execução do objeto do mesmo ao valor total de de R\$ 8.397.788,14 (oito milhões, trezentos e noventa e sete mil reais, setecentos e oitenta e oito reais, quatorze centavos).

Às fls. 505 a 527 dos autos das Peças de Acompanhamento consta relatório de inspeção realizado pela Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária – SUVISA do Estado do Rio Grande do Norte na Unidade de Privação de Liberdade CEDUC/Pitimbu, datado de 10 de Setembro de 2010, no qual são apontadas uma série de irregularidades, concluindo-se pela adoção das medidas cabíveis voltadas para a adequação da referida

unidade aos parâmetros exigidos pela Secretaria de Estado da Saúde Pública, de modo que possa oferecer os serviços a que se destina em condições sanitárias dignas para a população residente.

Ao longo da fiscalização do cumprimento da execução do TAC em questão, esta Promotoria de Justiça realizou diversas visitas à Unidade de Privação de Liberdade CEDUC/Pitumbu com o objetivo de verificar as condições de funcionamento e também as condições pessoais dos socioeducandos.

Os termos de inspeção constam:

Fls. 72/76 (inspeção realizada em 26/02/2009);

Fls. 134 a 138 (inspeção realizada em 25/03/2009);

Fls. 165 a 169 (inspeção realizada em 27/04/2009);

Fls. 213 a 217 (inspeção realizada em 21/05/2009);

Fls. 235 a 239 (inspeção realizada em 31/08/2009);

Fls. 254 a 258 (inspeção realizada em 19/10/2009);

Fls. 296 a 301 (inspeção realizada em 30/11/2009);

Fls. 311 a 316 (inspeção realizada em 12/02/2010);

Fls. 347 a 352 (inspeção realizada em 30/03/2010);

Fls. 373 a 378 (inspeção realizada em 29/04/2010);

Fls. 440 a 445 (inspeção realizada em 31/05/2010);

Fls. 459 a 464 (inspeção realizada em 31/08/2010);

Fls. 447 a 452 (inspeção realizada em 16/07/2010);

Fls. 496 a 501 (inspeção realizada em 30/09/2010);

Fls. 536 a 541 (inspeção realizada em 27/10/2010);

Fls. 544 a 549 (inspeção realizada em 24/11/2010 e material de mídia fotográfica de fls. 551 a 579);

Fls. 580 a 584 (inspeção realizada em dezembro de 2010 levando-se em consideração os parâmetros do Conselho Nacional do Ministério Público);

Fls. 586 a 592 (inspeção realizada em 14/12/2010);

Fls. 599 a 605 (inspeção realizada em 27/01/2011);

Fls. 607 a 610 (inspeção realizada em janeiro de 2011 levando-se em consideração os parâmetros do Conselho Nacional do Ministério Público).

A Corregedoria Geral de Justiça enviou em 25 de Fevereiro de 2011 a esta Promotoria de Justiça relatório de inspeção nas Unidades de Atendimento

Socioeducativo de Internação no Estado, dentre elas, a Unidade Ceduc-Pitimbu, fls. 613 a 661.

Através dos próprios ofícios subscritos pela parte demandada (fls. 241 a 243 e 326 a 327), bem como dos citados termos de inspeções deste órgão ministerial e da Vigilância Sanitária do Estado (fls. 502 a 527), do material de mídia fotográfico de fls. 551 a 579, é patente que atualmente o CEDUC/Pitimbu apresenta instalações físicas bastante precárias, além de superlotação, não oferecendo condições mínimas para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo eficiente, de forma que, muito embora tenham sido realizadas reformas concluídas em dezembro de 2009 na referida Unidade, já se faz necessária uma nova reforma estruturante pela precariedade das instalações física, hidráulica, sanitária e elétrica.

A partir das citadas visitas de inspeção restou apurado juntamente com a Direção da Unidade CEDUC-Pitimbu que a sua capacidade de atendimento é da ordem de 50 (cinquenta) socioeducandos, mas que no final de janeiro de 2011 encontravam-se cumprindo medida socioeducativa de internação na Unidade 79 (setenta e nove) adolescentes.

Quanto às instalações prediais, os últimos relatórios apontam que os núcleos de convivência apresentam precárias condições elétricas e hidráulicas, sendo que a grande maioria não possui bebedouros ou, quando possui, os mesmos estão deteriorados, bem como os sanitários e ralos encontram-se entupidos e pias e chuveiros vazando, o que ocasiona forte mau cheiro nos núcleos de convivência, contribuindo para a proliferação de doenças principalmente de pele.

As desumanas instalações do CEDUC comprometem significativamente o trabalho socioeducativo desenvolvido, haja vista que a prática de intervenções pedagógicas voltadas ressocialização dos socioeducandos demanda no mínimo estrutura predial adequada, salubre e de higiene, restando configurada uma clara situação de violação aos direitos dos adolescentes que se encontram privados de liberdade.

Logo, face à omissão da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente em realizar com a urgência e prontidão a reforma estruturante da qual o CEDUC/Pitimbu necessita há meses para acolher com dignidade os internos em cumprimento de medida socioeducativa de internação, bem como para implantar outra Unidade Socioeducativa de Internação para atender a demanda da Região Metropolitana de Natal – CEDUC/Ceará-Mirim, de modo a desafogar a Unidade Ceduc-Pitimbu que constantemente encontra-se

superlotada, garantindo atendimento socioeducativo individualizado e de qualidade, nos moldes do ECA e SINASE, entendeu este Órgão Ministerial pela necessidade de oferecimento da presente ação civil pública.

Não há como esperar indefinidamente a construção da nova Unidade Socioeducativa de internação e a reforma estruturante do CEDUC/Pitimbu, visto que todas as medidas extrajudiciais cabíveis já foram adotadas, sem, contudo, haver êxito.

Mostrando-se os réus recalcitrantes em cumprir esse dever constitucional e legal com a brevidade que a situação exige, outra alternativa não resta ao Ministério Público senão socorrer-se ao Judiciário através da presente ação civil pública.

Eis o relato dos fatos, passo a fundamentar.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS PRELIMINARES:

2.1 DA COMPETÊNCIA:

O art. 209 da Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, inserido no capítulo “Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos”, estabelece o seguinte:

"Art. 209 — As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores".

Ainda no mesmo Estatuto da Criança e do Adolescente está previsto que:

***"Art. 148 — A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:
(...) IV — conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209."***

Dessa forma, inquestionável a competência deste Juízo para processar e julgar a presente ação civil pública, em que se pretende a construção, na região metropolitana de Natal, de nova unidade de atendimento socioeducativo destinada à internação de adolescentes em conflito com a lei, bem como a reforma estruturante do CEDUC Pitimbu, situada nesta Cidade, ante a sua precária condição de funcionamento pelos motivos que serão de forma pormenorizada adiante expostos.

2.2 DA LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Incumbe ao Ministério Público, como órgão essencial à administração da Justiça, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal).

Outrossim, tem o Ministério Público legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública, por estar no exercício de atribuição expressa conferida à Instituição pela norma constitucional prevista no art. 129, inciso III da Carta Maior, que determina ser função institucional do Ministério Público, “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

Da mesma forma preceitua o dispositivo legal estatutário abaixo transcrito.

“Art. 210. Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente:

I - o Ministério Público”.

Como se verá adiante, a ação objetiva compelir a Autoridade Pública requerida a cumprir obrigações decorrentes de Leis Federais que em muito afetam os interesses difusos dos adolescentes em conflito com a lei no Estado do Rio Grande do Norte.

Assim, resta inquestionável a legitimação ativa do Ministério Público para a demanda posta.

3. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DE MÉRITO:

3.1 DA SUPERLOTAÇÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO CEDUC PITIMBU:

As provas carreadas aos autos das Peças de Acompanhamento nº 033/2008, que instrui a presente inicial, são contundentes em demonstrar a incapacidade da Unidade de Internação CEDUC Pitimbu para atender demanda crescente posta pelos Juízos da Infância e Juventude das Comarcas da Região Metropolitana de Natal e Comarcas circunvizinhas de adolescentes sentenciados pela prática infracional com medida socioeducativa de internação, o que redundando num tratamento desumano e degradante, e o que é mais grave, não individualizado, aos socioeducandos, em manifesta violação não somente ao Estatuto da Criança e do Adolescente e às normas internacionais

que o inspiraram, mas também aos princípios constitucionais que protegem a dignidade da pessoa humana, e, em particular, ao da **proteção integral** assegurada às crianças e aos adolescentes.

Senão vejamos:

Ao custodiar adolescentes em local tão inapropriado, como se pode ver pelas fotos constantes do procedimento administrativo em anexo, em que prevalece a superlotação e a insalubridade do ambiente, os réus afrontam um dos fundamentos basilares da República Federativa do Brasil: o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1.º, III, da CF/88.

A conduta dos réus revela-se ainda mais grave quando aqueles a quem é dispensado tratamento desumano e degradante são adolescentes em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com os quais o Estado assumiu o imperativo compromisso de promover a sua inclusão social.

O art. 227 da Constituição Federal estabelece que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, prescrevendo, ainda, no § 3º. do seu inciso V, que o direito à proteção integral abrangerá a **“obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade”**.

Consentâneo com o mencionado princípio constitucional da proteção integral, o artigo 4.º da Lei n.º 8.069/90 reproduz o artigo 227 da Constituição Federal, prescrevendo que os administradores da coisa pública devem garantir à criança e ao adolescente preferência quando da formulação e execução das políticas sociais públicas, destinando, em caráter prioritário, recursos públicos às áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

A proteção à criança e ao adolescente encontra-se prevista, também, no artigo 3.º, do ECA, segundo o qual “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por leis ou por outros meios, todas as oportunidades e

facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

Para tanto, aos adolescentes em regime socioeducativo de internação são assegurados, entre outros direitos, conforme previsto **no art. 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente: a) observância aos direitos e garantias de que são titulares; b) proibição de restrição de qualquer direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação; c) atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; d) preservação de sua identidade e acolhimento num ambiente de respeito e dignidade; e) custódia em entidade que ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, bem como os objetos necessários à sua higiene pessoal.**

A conduta praticada pelos réu de custodiar adolescentes em ambiente aquém de sua capacidade física e humana de atendimento inviabiliza o alcance preponderantemente pedagógico da medida socioeducativa de internação, visto que impossibilitará o atendimento socioeducativo de forma individualizada, indispensável para se alcançar a mudança de comportamento de cada socioeducando pautado em projeto de vida distante da prática infracional.

De fato, o tratamento dispensado pelos réus aos adolescentes internados no CEDUC Pitimbu viola o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e as Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados da Liberdade, que obrigam os Estados signatários a tratar todo aquele privado de liberdade com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana.

Relativamente ao ambiente físico destinado à internação de adolescentes em conflito com a lei, as “Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados da Liberdade”, fixadas no 8.º Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, assim prescrevem:

"31. Os jovens privados de liberdade terão direito a contar com locais e serviços que satisfaçam a todas as exigências da higiene e dignidade humana.

32. O desenho dos centros de detenção para jovens e o ambiente físico deverão corresponder a sua finalidade, ou seja, a reabilitação dos jovens internados, em tratamento, levando

devidamente em conta a sua necessidade de intimidade, de estímulos sensoriais, de possibilidade de associação com seus companheiros e de participação em atividades esportivas, exercícios físicos e atividades de entretenimento. (...)

33. Os dormitórios deverão ser, normalmente, para pequenos grupos ou individuais, tendo presente os costumes locais. O isolamento em celas individuais durante a noite, só poderá ser imposto em casos excepcionais e unicamente pelo menor espaço de tempo possível. Durante a noite, todas as zonas destinadas a dormitórios, inclusive as habitações individuais e os dormitórios coletivos, deverão ter uma vigilância regular e discreta para assegurar a proteção de cada jovem. Cada jovem terá, segundo os costumes locais ou nacionais, roupa de cama individual suficiente, que deverá ser entregue limpa, mantida em bom estado e trocada regularmente por motivo de asseio. (...)

O Estado do Rio Grande do Norte e a Fundação por ele instituída para gerir o sistema socioeducativo estadual, competindo a esta a implantação de programas socioeducativos de internação e semiliberdade, têm por inescusável dever a obediência às regras retromencionadas. Assim, deveriam agir em defesa dos direitos fundamentais dos adolescentes sentenciados a cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade e estruturar as unidades de cumprimento dessa medida de modo a garantir o pleno direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Todavia assim não procedem, conforme podemos extrair das provas carreadas aos autos das Peças de acompanhamento nº 033/2008 que instrui a presente demanda.

Através das visitas de inspeção constatou-se que o CEDUC Pitimbu funciona desde o ano de 2009 muito além de sua capacidade de atendimento, visto que, enquanto sua capacidade máxima é da ordem de 50 (cinquenta) internos, atualmente encontram-se cumprindo medida socioeducativa de internação na referida unidade 79 (setenta e nove) adolescentes (termos de inspeção e documento de fls. 579 a 605, 606 e 607 a 610, circunstância essa que tem influência decisiva na ocorrência de rebeliões, motins e atos de violência entre os socioeducandos por ocasião dos quais a estrutura física e mobília da unidade são depredadas, queimadas e destruídas, resultando em péssimas condições para desenvolvimento da ação socioeducativa e de habitabilidade

para os adolescentes.

Vejamos nos anos de 2009, 2010 e 2011 qual foi a capacidade real de atendimento da Unidade Ceduc-Pitimbu:

| ANO | MÊS | Capacidade de atendimento quantidade de dormitórios | Quantidade de Adolescentes Atendidos |
|------|-----------|--|--------------------------------------|
| 2009 | fevereiro | 50 | 73 |
| 2009 | março | 50 | 76 |
| 2009 | abril | 50 | 73 |
| 2009 | maio | 50 | 78 |
| 2009 | agosto | 50 | 107 |
| 2009 | outubro | 50 | 116 |
| 2009 | novembro | 50 | 113 |
| 2010 | março | 50 | 118 |
| 2010 | abril | 50 | 118 |
| 2010 | maio | 50 | 111 |
| 2010 | agosto | 50 | 93 |
| 2010 | julho | 50 | 100 |
| 2010 | setembro | 50 | 97 |
| 2010 | setembro | 50 | 94 |
| 2010 | outubro | 50 | 90 |
| 2010 | novembro | 50 | 85 |
| 2010 | dezembro | 50 | 77 |
| 2011 | janeiro | 50 | 79 |

Ressalte-se que constam às fls. 70, 252, 291, 310, 336, 337, 478, 480, 483, 490, 494 (ocorrência da morte de um socioeducando provocada por outros internos), 528, 529 e 596, ofícios da Direção da Unidade CEDUC-Pitimbu noticiando a ocorrência de inúmeras violações de direitos ocorridas no interior desse estabelecimento provocadas pelos próprios internos em face de outros, resultantes sobremaneira da superlotação, uma vez que o convívio em espaço físico mínimo leva a insatisfação e revolta por parte dos socioeducandos através da prática de atos de violência, os quais em hipótese alguma deveriam ser perpetrados no interior de uma Unidade com a finalidade socioeducativa.

A a Resolução n.º 46/96 do CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece que em cada unidade de

internação será atendido um número máximo de 40 adolescentes, sendo certo que no CEDUC Pitimbu os adolescentes internos encontram-se amontoados em pavilhões fétidos, sem iluminação e sem ventilação, numa situação bastante precária de higiene e habitabilidade.

Destaque-se que o SINASE determina que cada unidade socioeducativa terá até quarenta adolescentes, conforme estabelece a Resolução n.º 46/96 do CONANDA, sendo constituída de espaços residenciais denominados de módulos, com capacidade não superior a quinze adolescentes, prevendo que, no caso de existir mais de uma unidade em um mesmo terreno, o atendimento total não poderá ultrapassar a noventa adolescentes, vedando-se a formação de complexos.

É imperioso ressaltar, ainda, que já existem convênios firmados entre a FUNDAC e a União, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no sentido de viabilizar a reforma e ampliação das instalações do CEDUC Pitimbu e a construção de uma nova Unidade Socioeducativa de Internação na Região Metropolitana de Natal, qual seja, o CEDUC Ceará-Mirim.

O primeiro Convênio corresponde ao de nº 712694/2009, o qual tem por objeto a Reforma e Ampliação da Unidade CEDUC Pitimbu (de fls. 386 a 397), cujo repasse do governo federal no montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) foi efetuado em conta específica no dia 03/03/2010, conforme documento de fl. 385, tendo sido deflagrado lentamente o início da obra pela ausência do empenho da contrapartida do Governo do Estado no valor de R\$ 1.243.832,50 (um milhão, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), conforme expediente de fl. 484 a 485.

E o segundo Convênio corresponde ao de nº 737298/2010-17 (fls. 662 a 674), respeitante à construção a Unidade de Privação de Liberdade da Região Metropolitana, CEDUC Ceará-Mirim, que também o Governo Federal já efetuou o repasse no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), muito embora esteja paralisada a sua execução devido a ausência do empenho da contrapartida do Governo do Estado do RN no montante de R\$ 2.997.788,14 (dois milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos) pela falta de recursos orçamentários, consoante se depreende do ofício de fl. 484/485.

O relatório de inspeção elaborado pela Corregedoria Geral de Justiça,

datado de 07 de Fevereiro de 2011, às fls. 613 a 661, aponta a superlotação da Unidade Ceduc-Pitimbu como o problema mais grave e causador dos conflitos entre os socioeducandos e da deterioração da estrutura predial e material dos núcleos de convivência, relatando que:

"Em primeiro plano, a superlotação do Centro aparenta ser o maior dos problemas observados. Com efeito, o ambiente superpopuloso é, se não diretamente responsável, causa fundamental dos demais problemas e catalisador dos conflitos existentes entre os adolescentes. A exagerada quantidade de internos na unidade choca-se com as diretrizes traçadas pelo SINASE em relação às unidades de internação de adolescente em conflito com a Lei.

A alta concentração de pessoas por alojamento é também fator preponderante dos altos índices de violências entre os internos que, segundo a direção do Centro, chega a média de 10 (dez) ocorrências mensais. As apreensões de drogas são frequentes, assim como a de armas artesanais e de celulares. Os conflitos entre grupos rivais e gangues são comuns, resultados das dificuldades de vigilância e cuidado produzidas pela grande população de internos. Ressalte-se que, dentre os conflitos existentes, foi registrado o óbito de um adolescente, no mês de setembro de 2010, morto pela ação de outros internos.

As reclamações de maus tratos também são frequentes, resultantes de dificuldades de impor ordem no ambiente superpopuloso, onde se faz necessário a intervenção quase constante dos Policiais Militares que deveriam realizar apenas a guarda da parte externa da unidade".

Diante desse quadro, resta patente a necessidade de se construir uma nova unidade socioeducativa para atender adolescentes sentenciados à cumprir medida socioeducativa de internação, qual seja, outro Centro Educacional da região metropolitana de Natal, cuja construção foi, inclusive, convencionada no Termo de Ajustamento de Conduta formalizado nos autos do Inquérito Civil nº 004/2007 entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Parnamirim, e a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – FUNDAC/RN, e objeto de convênio com o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, tendo em vista que o CEDUC Pitimbu não dispõe mais em quantitativo suficiente do número de vagas para atender a demanda crescente e contínua da Região da Grande Natal de adolescentes autores de atos infracionais graves sentenciados com medida socioeducativa de internação.

3.2 DAS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE, SALUBRIDADE E HIGIENIZAÇÃO DA UNIDADE CEDUC-PITIMBU:

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em consonância com as exigências constitucionais e legais a respeito do tema em questão, enfatiza a imperiosa necessidade de as entidades de atendimento destinadas à internação assegurarem: a) condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança; b) espaços adequados para a realização de refeições; c) espaço para atendimento técnico individual e em grupo; d) condições adequadas de repouso dos adolescentes; e) salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo; f) espaço para o setor administrativo e/ou técnico; g) espaço e condições adequadas para visita familiar; h) área para atendimento de saúde/ambulatórios; i) espaço para atividades pedagógicas; e j) espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes.

Ao fixar parâmetros arquitetônicos para unidades de atendimento socioeducativo, o SINASE detalha, em seu anexo, normas e definições técnicas a serem adotadas na elaboração e execução de projetos de construção, de reforma ou de ampliação de unidades de atendimento de internação provisória, de semiliberdade e de internação.

Estabelece o SINASE, ainda, que cada unidade terá até quarenta adolescentes, nos termos da Resolução n.º 46/96 do CONANDA, devendo ser constituída de espaços residenciais denominados de módulos, com capacidade não superior a quinze adolescentes, prevendo também que, no caso de existir mais de uma unidade em um mesmo terreno, o atendimento total não poderá ultrapassar a noventa adolescentes, vedando-se a formação de complexos.

É certo que todos esses preceitos normativos buscam garantir aos adolescentes infratores uma estrutura física adequada ao desenvolvimento do trabalho socioeducativo, em razão dos desta ser indispensável para tal desiderato.

Ora, o espaço físico se constitui num elemento com influência decisiva no desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, razão pela qual não se pode falar em ação socioeducativa em ambientes superlotados e inóspitos, tal qual o CEDUC Pitimbu.

Destaque-se que, no que diz respeito às instalações do CEDUC Pitimbu, nenhum dos direitos acima listados são assegurados pelo Estado do Rio Grande do Norte e pela FUNDAC, diante da realidade encontrada na referida unidade, conforme se vê do que foi apurado nas Peças de Acompanhamento que instruem o presente feito, em que se

constata que o CEDUC Pitimbu não atende à demanda, estando sempre lotados seus núcleos de convivência, e sua estrutura física não observa minimamente aos parâmetros traçados pelo SINASE, onde os socioeducandos encontram-se amontoados em cubículos insalubres, vilipendiados no seu direito de serem tratados com dignidade e respeito, tal como previsto no art. 124 do ECA.

Os últimos relatórios elaborados a partir das visitas realizadas por essa representante ministerial junto ao CEDUC Pitimbu apontam que os núcleos de convivência da unidade apresentam precárias condições elétricas e hidráulicas, sendo que a grande maioria não possui bebedouros ou, quando possui, os mesmos estão deteriorados, bem como os sanitários e ralos encontram-se entupidos e pias e chuveiros pingando.

Ademais, falta nas dependências do CEDUC/Pitimbu iluminação elétrica e colchões, estando os núcleos de convivência em péssimas condições de limpeza e salubridade, conforme podemos extrair das fotos tiradas em visita realizada em 24/11/2010, as quais encontram-se colacionadas aos autos da Peça de Acompanhamento nº 003/2008.

O relatório de inspeção elaborado pela Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde Pública de fls. 505 a 527 dos autos, revelam que o CEDUC Pitimbu não dispõe de estrutura física, elétrica, hidrossanitária, de recursos humanos, capazes de atender minimamente aos interesses dos socioeducandos.

Com relação especificamente ao pavilhão 06 da Unidade socioeducativa em tela, o referido relatório revelou uma situação de superlotação, não apresentando o local condição alguma hidrossanitária alguma para alojar os internos em razão do acúmulo de lixo, da pouca iluminação e da falta de limpeza periódica, afirmando-se que os socioeducandos encontram-se desprovidos de material de higiene pessoal e de limpeza.

O relatório da SUVISA concluiu pela inexistência de condições sanitárias mínimas no CEDUC Pitimbu, afirmando que deveriam ser adotadas as providências cabíveis a fim de que a referida unidade possa oferecer os serviços a que se destina em condições dignas para os socioeducandos internos.

Da mesma forma o supracitado **relatório de inspeção da Corregedoria Geral de Justiça** atesta a precariedade das instalações física, hidráulica, sanitária e elétrica da Unidade vertente, nos seguintes termos:

"Os alojamentos são compostos de verdadeiras celas, com condições de estrutura e higiene precárias. Conforme observado, diversas estruturas dos alojamentos se encontram destruídas pela violência dos adolescentes, as paredes são marcadas por pichações e por marcas de chamas. As privadas dos alojamentos se encontram entupidas e o sistema hidráulico das descargas não funciona. O sistema elétrico foi danificado pela ação dos adolescentes existindo diversos alojamentos em que é possível se observar a existência de fios desencapados, bem como luminárias e luzes quebradas. A própria iluminação dos abrigos dos socioeducandos encontra-se comprometida (pág. 05).

(...)

Por último, impõe-se destacar a ausência de condições mínimas de higiene dos alojamentos dos socioeducandos, onde impera o acúmulo de lixo no interior e de dejetos nos vasos sanitários dos banheiros. As infiltrações nas instalações hidráulicas são comuns, o que acarreta a proliferação de mofo e bolor pelas paredes, diminuindo ainda mais as condições já precárias de salubridade. A iluminação das celas é completamente ineficiente e são raros os alojamentos que não possuem suas paredes pichadas e sujas. Frise-se que o Centro conta com apenas uma auxiliar de serviço geral para a limpeza dos ambientes da administração e áreas de apoio, sendo que a limpeza dos alojamentos é realizada pelos próprios internos" (pág. 9).

Cumprir registrar que a FUNDAC já celebrou convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos que tem por objeto a Reforma e Ampliação do Centro Educacional Pitimbu (fls. 386 a 397), já tendo sido disponibilizado o recurso federal para tal finalidade desde 03/03/2010, conforme documento de fl. 385, encontrando-se suspensa a execução do mesmo devido a não ter sido efetuado pela parte ora demandada o empenho respeitante a contrapartida do Governo Estadual (fl. 484).

Sendo assim, resta claro que o Centro Educacional Pitimbu não oferece condições mínimas de habitabilidade, salubridade e higienização para os internos que ali se encontram cumprindo medida socioeducativa, numa evidente situação de violação aos direitos que o ECA e o SINASE conferem aos adolescentes.

3.3 DA DEFICIÊNCIA DO SERVIÇO NUTRICIONAL:

O artigo 94, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que as Entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene,

salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal, bem como de ofereceu vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos.

Todavia, os relatórios de visita acostados aos autos das Peças de Acompanhamento nº 033/2008, especialmente o relatório da SUVISA constata a existência de diversas irregularidades nas dependências do CEDUC Pitimbu relacionadas à higiene do local, especialmente no que diz respeito as condições de funcionamento da cozinha, ao acondicionamento e processo de elaboração dos alimentos, apontando graves problemas no serviço nutricional prestado aos socioeducandos, dentre os quais podemos destacar:

- a) abertura sem proteção com telamento milimétrico (janelas e portas);
- b) a ausência de lavatório e seus respectivos dispositivos de sanitizantes e papel toalha;
- c) a inexistência de local para armazenamento do lixo;
- d) a presença de alimentos acondicionados juntamente com material de limpeza;
- e) o lançamento de água servida à céu aberto;
- f) presenças de fezes de roedores nas dispensas de alimentos;
- g) na área externa, caixas de gordura e de inspeção abertas e apresentação saturação das fossas;
- h) utensílios apresentando amassados e encrostamento de sujidades, indicando uma vida saturada (pratos, panelas, copos e talheres), impossibilitando a limpeza e higienização;

Ademais, além do conteúdo do relatório da Secretaria de Vigilância Sanitária, o relato dos próprios socioeducandos internos no CEDUC Pitimbu também demonstra a péssima qualidade da alimentação servida na Unidade, sendo frequentemente mencionado por eles, quando das visitas realizadas por essa Representante Ministerial junto ao estabelecimento socioeducativo em questão, consoante termos de inspeção inclusos.

Nesse passo, cumpre serem adotadas as medidas judiciais cabíveis para garantir aos socioeducandos da Unidade em comento o direito fundamental à alimentação de qualidade.

3.4) DA AUSÊNCIA DE LOCAL APROPRIADO PARA A

PRÁTICA ESPORTIVA:

Do mesmo modo que é assegurado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito as instalações da Unidade privativa de liberdade em condições de habitabilidade, salubridade e higienização, à alimentação, é também garantido o direito a atividades esportivas, bem como espaço adequado para sua realização.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (pag. 72 e 73) no disciplinamento do eixo Esporte, Lazer e Cultura, estabelece como obrigação das entidades que executam medida socioeducativa:

- 1) Possibilitar a participação dos adolescentes em programas esportivos de alto rendimento, respeitando o seu interesse e aptidão;
- 2) Promover por meio de atividades esportivas, o ensinamento de valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero;
- 3) Garantir que as atividades esportivas de lazer e culturais previstas no projeto pedagógico sejam efetivamente realizadas, assegurando assim que os espaços físicos destinados às práticas esportivas, de lazer e cultura sejam utilizados pelos adolescentes.

Ocorre que, também não se vislumbra na Unidade Ceduc-Pitimbu espaço físico adequado para a prática esportiva por parte dos socioeducandos. Existe apenas uma quadra de areia improvisada para a realização de futebol, conforme se verifica das fotos de fl 551.

Resta, portanto, clarividente a necessidade da construção de quadra poliesportiva que propicie que os internos da Unidade Ceduc-Pitimbu realizem as mais diversas modalidades esportivas indispensáveis ao processo de socioeducação, na medida em que permitem tanto melhoria nas condições físicas dos adolescentes como efeitos positivos para a definição de padrão comportamental baseado em valores como cooperação, respeito e disciplina, que o esporte viabiliza.

3.5) DA ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO:

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) procurou, em seu art. 227, assegurar a prioridade absoluta aos direitos das crianças e dos adolescentes¹, uma vez

¹ No mesmo sentido o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

que tais cidadãos, enquanto pessoas em desenvolvimento, requerem atenção especial e diferenciada por parte de toda a sociedade e, particularmente, do Estado.

Desta forma, por encontrarem-se em fase de desenvolvimento físico, psicológico, moral e social as crianças e adolescentes, além de merecedoras dos mesmos direitos conferidos à pessoa adulta, são detentoras de algo mais, são dignas de garantias especiais que lhes confirmam proteção integral.

Para zelar pela prioridade absoluta e proteção integral, o ECA estabeleceu um conjunto de medidas protetivas, as quais podem ser aplicadas, nos termos do art. 98, sempre que os direitos infanto-juvenis forem ameaçados ou violados, inclusive quando o sejam pela própria conduta do infante, *in verbis*:

"Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta". (Grifos acrescidos).

Dentre tais medidas de proteção, destacam-se aquelas referentes ao cumprimento de medidas socioeducativas, as quais visam reeducar o adolescente infrator, reinserindo-o à sociedade e evitando, assim, que o mesmo persista na prática de atos infracionais. Entre as medidas socioeducativas, gizamos, neste momento, as de semi-liberdade e internação, aplicadas em decorrência da prática de atos infracionais de maior gravidade, e cuja responsabilidade pela execução cabe, em nosso Estado, à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – FUNDAC, ora demandada.

Estas medidas são executadas por meio de unidades de atendimento, as quais devem seguir parâmetros estabelecidos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), criado em 2006 com o intuito de disciplinar e uniformizar, em âmbito nacional, a aplicação das medidas referidas.

Entre tais parâmetros encontramos, por exemplo, a estrutura física que devem ter tais entidades, bem como o número mínimo de profissionais de cada área de atuação que comporão seus quadros.

Ora, o atendimento socioeducativo é um serviço social básico, de suma importância para a sociedade uma vez que objetiva, conforme já exposto, a recuperação social de seus filhos, adolescentes sujeitos à proteção integral.

O Supremo Tribunal Federal reconhece inclusive a necessidade do

funcionamento de entidades de atendimento socioeducativo para a garantia da prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes. Nestes termos, já se manifestou pela obrigatoriedade do Estado de Tocantins construir unidade de internação, conforme o seguinte acórdão:

"É certo que o tema da proteção da criança e do adolescente e, especificamente, dos adolescentes infratores é tratado pela Constituição com especial atenção. Como se pode perceber, tanto o caput do art. 227, como seu parágrafo primeiro e incisos possuem comandos normativos voltados para o Estado, conforme destacado acima. Nesse sentido, destaca-se a determinação constitucional de absoluta prioridade na concretização desses comandos normativos, em razão da alta significação de proteção aos direitos da criança e do adolescente. Tem relevância, na espécie, a dimensão objetiva do direito fundamental à proteção da criança e do adolescente. Segundo esse aspecto objetivo, o Estado está obrigado a criar os pressupostos fáticos necessários ao exercício efetivo deste direito.

Como tenho analisado em estudos doutrinários, os direitos fundamentais não contêm apenas uma proibição de intervenção (Eingriffsverbote), expressando também um postulado de proteção (Schutzgebote). Haveria, assim, para utilizar uma expressão de Canaris, não apenas uma proibição de excesso (Übermassverbot), mas também uma proibição de proteção insuficiente (Untermassverbot)(Claus-Wilhelm Canaris, Grundrechtswirkungen um Verhältnismässigkeitsprinzip in der richterlichen Anwendung und Fortbildung des Privatsrechts, JuS, 1989, p. 161).

(...)

Não há dúvida quanto à possibilidade jurídica de determinação judicial para o Poder Executivo concretizar políticas públicas constitucionalmente definidas, como no presente caso, em que o comando constitucional exige, com absoluta prioridade, a proteção dos direitos das crianças dos adolescentes, claramente definida no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim também já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ-Resp 630.765/SP, 1ª Turma, relator Luiz Fux, DJ 12.09.2005). Portanto, a determinação constitucional de absoluta prioridade na proteção dos direitos da criança e do adolescente (art. 227, CF/88) evidencia tanto a dimensão objetiva de proteção destes direitos fundamentais, quanto a proibição de sua proteção insuficiente pelo Estado de Tocantins, por impossibilitar condições fáticas e concretas de implantação de programa de internação e semiliberdade na Comarca de Araguaína/TO".

(STF, SL 235-0/TO). (Grifos acrescentados).

Observa-se que a proteção de adolescentes em conflito com a lei mostra-se essencial não apenas por seu efeito no futuro dos jovens socioeducandos – o que por si só já lhe confere grande importância – mas também pela repercussão que as medidas socioeducativas têm em diversos setores do serviço público, como por exemplo a

Segurança Pública, o Sistema Educacional, a Assistência Social e a Saúde.

Para se vislumbrar tal repercussão basta imaginar que medidas socioeducativas de internação quando bem aplicadas – seguindo os princípios protetivos do ECA e as disposições do SINASE; respeitando os direitos dos adolescentes à convivência familiar, à uma educação de qualidade e a um atendimento médico e psicológico adequados – alcançariam na maioria dos casos a almejada ressocialização do jovem infrator. Não persistindo estes adolescentes na prática de atos infracionais, verificar-se-ia futuramente uma redução nos índices de criminalidade, configurando-se em melhoria na Segurança Pública.

Assim, as medidas socioeducativas são essenciais à sociedade tanto por protegerem os direitos dos adolescentes, quanto pelas suas relações e implicações em outros serviços públicos essenciais.

Ressalta-se que na atual Doutrina da Proteção Integral, vigente em nosso direito infanto-juvenil, o sistema de proteção não pode ser visto apenas na prática de ações isoladas, mas sim em uma rede protetiva formada por diversos entes – pessoas e instituições – que atuam para efetivar e resguardar os direitos das crianças e adolescentes como um todo. Esta articulação entre diferentes ações públicas encontra inclusive previsão no ECA, constituindo-se em diretriz da política de atendimento:

"Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios". (Grifos acrescidos).

Tal atuação unificada é o fundamento do chamado Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o qual baseia-se em três eixos de atuação: promoção, defesa e controle social.

Neste sentido, o SINASE é o setor do SGD – um de seus subsistemas – responsável diretamente pela execução de medidas socioeducativas. Para cumprir sua função, contudo, relaciona-se necessariamente com outras políticas públicas:

"O SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.

Essa política tem interfaces com diferentes sistemas e políticas e exige atuação diferenciada que coadune responsabilização (com a necessária limitação de direitos determinada por lei e

aplicada por sentença) e satisfação de direitos.

Os órgãos deliberativos e gestores do SINASE são articuladores da atuação das diferentes áreas da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes". (Grifos acrescidos).

E especificamente sobre os parâmetros do atendimento socioeducativo:

*"Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e **as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão**, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. **Seu atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional. Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos**".* (Grifos acrescidos).

Difícilmente alguém questionaria se os serviços como o de saúde, segurança, justiça, educação e assistência social possuem ou não caráter de essenciais.

Não faz sentido, da mesma forma, que um serviço como o de atendimento socioeducativo, voltado para a garantia dos direitos e da proteção integral dos adolescentes, e que tem relações íntimas com os demais serviços citados, contribuindo inclusive para que os mesmos sejam assegurados, não seja considerado como de natureza essencial. Sua interrupção resultaria também na paralisação dos demais serviços essenciais prestados aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o que não pode ser permitido pelo Direito.

É o atendimento socioeducativo, em síntese, um serviço público essencial, na medida em que possui os requisitos de necessária continuidade de suas prestação, e que assegura a uma determinada parcela da sociedade o direito de acesso a outros serviços enquadrados como de natureza essencial.

Tratando-se, pois, de serviço público essencial, não deverá o Poder Público apenas prestá-lo, no sentido de manter abertas e em funcionamento as unidades de internação, mas também zelar pela sua eficiência e pela

obediência aos parâmetros estabelecidos pelo SINASE, garantindo os direitos fundamentais dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo.

3.6) DO PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA.

É certo que os requeridos, nos termos do art. 227, *caput*, e § 3º, da CF/88, têm a obrigação de assegurar à criança e ao adolescente, **com absoluta prioridade**, o direito à dignidade e, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade, respeitar a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A garantia de prioridade absoluta compreende a preferência na formulação e na execução das políticas sociais e públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (art. 4.º, parágrafo único, alíneas “c” e “d”, da Lei n.º 8.069/90).

Tais normas são claras ao exigir uma atuação positiva do Poder Público em garantir com **absoluta prioridade** o direito dos adolescentes privados de liberdade a condições dignas de custódia, não ficando ao alvedrio de cada governante decidir se dará ou não cumprimento ao mandamento constitucional.

A propósito, confira-se a lição de Wilson Donizetti Liberati:

“Por absoluta prioridade, devemos entender que a criança e o adolescente deverão estar em primeiro lugar na escala de preocupação dos governantes; devemos entender que, primeiro, devem ser atendidas todas as necessidades das crianças e adolescentes (...). Por absoluta prioridade, entende-se que, na área administrativa, enquanto não existirem creches, escolas, postos de saúde, atendimento preventivo e emergencial às gestantes, dignas de moradias e trabalho, não se deveria asfaltar ruas, construir praças, sambódromos, monumentos artísticos etc., porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são mais importantes que as obras de concreto que ficam para demonstrar o poder do governante.” (in O Estatuto da Criança e do Adolescente – Comentários. São Paulo: IBPS, 1991, pp. 4-5)

Nesse contexto, não se pode alegar que a determinação judicial para a implementação dos direitos garantidos a crianças e adolescentes configure indevida ingerência do Poder Judiciário na esfera das atribuições do Poder Executivo, visto que não há discricionariedade do administrador frente a direitos fundamentais, especialmente aqueles que devem ser assegurados com absoluta prioridade.

A respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal, em voto proferido pelo Min. Celso Mello, assim já se pronunciou:

"(...) o abuso de poderes, o descumprimento da Constituição e desrespeito aos estatutos da República excedem os limites da controvérsia meramente interna e expõem-se, por isso mesmo, ao controle jurisdicional pleno, eis que o princípio da separação dos poderes não deve constituir impedimento à intervenção do Poder Judiciário, quando em perspectiva a questão da tutela dos direitos e garantias individuais dos cidadãos.

É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal, historicamente, desde o início da República, tem sempre enfatizado que o controle jurisdicional de abusos praticados por qualquer órgão do Estado não ofende ao princípio da separação dos poderes." (Suspensão de Segurança n.º 1.740-BA, Informativo 184 do STF).

Outrossim, não cabe ao administrador se valer da "*Cláusula da Reserva do Possível*" diante do princípio da proteção integral e da prioridade absoluta destinada aos adolescentes, pois, como valor intrínseco, esta norma prevalece diante daquela.

É de bom alvitre destacar o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, manifestado em ação em que se postulava a implantação de direitos sociais e culturais de criança e adolescentes. A seguir segue transcrita a ementa do acórdão proferido:

"A CF, em seu art. 227, define como prioridade absoluta as questões de interesse da criança e do adolescente; assim, não pode o Estado-membro, alegando insuficiência orçamentária, desobrigar-se da implantação de programa de internação e semiliberdade para adolescentes infratores, podendo o Ministério Público ajuizar ação civil pública para que a Administração Estadual cumpra tal previsão legal, não se tratando, na hipótese, de afronta ao poder discricionário do administrador público, mas de exigir-lhe a observância de mandamento constitucional" (Ap. 596.017.897, 7ª Cam. J. 12.03.1997, v.u., RT 743/132).

O Supremo Tribunal Federal vem conferido a mesma interpretação ao princípio constitucional da prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente, conforme pode se extrair da leitura do seguinte julgado:

"E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CRIANÇA DE ATÉ SEIS ANOS DE IDADE - ATENDIMENTO EM CRECHE E EM PRÉ-ESCOLA - EDUCAÇÃO INFANTIL - DIREITO ASSEGURADO PELO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 208, IV) - COMPREENSÃO GLOBAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO - DEVER JURÍDICO CUJA EXECUÇÃO SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO, NOTADAMENTE AO MUNICÍPIO (CF, ART. 211, § 2º) - RECURSO IMPROVIDO. - A educação infantil representa

prerrogativa constitucional indisponível, que, deferida às crianças, a estas assegura, para efeito de seu desenvolvimento integral, e como primeira etapa do processo de educação básica, o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (CF, art. 208, IV). - Essa prerrogativa jurídica, em consequência, impõe, ao Estado, por efeito da alta significação social de que se reveste a educação infantil, a obrigação constitucional de criar condições objetivas que possibilitem, de maneira concreta, em favor das "crianças de zero a seis anos de idade" (CF, art. 208, IV), o efetivo acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental, apta a frustrar, injustamente, por inércia, o integral adimplemento, pelo Poder Público, de prestação estatal que lhe impôs o próprio texto da Constituição Federal. - A educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública, nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental. - Os Municípios - que atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil (CF, art. 211, § 2º) - não poderão demitir-se do mandato constitucional, juridicamente vinculante, que lhes foi outorgado pelo art. 208, IV, da Lei Fundamental da República, e que representa fator de limitação da discricionariedade político-administrativa dos entes municipais, cujas opções, tratando-se do atendimento das crianças em creche (CF, art. 208, IV), não podem ser exercidas de modo a comprometer, com apoio em juízo de simples conveniência ou de mera oportunidade, a eficácia desse direito básico de índole social. - Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, determinar, ainda que em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão - por importar em descumprimento dos encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatário - mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional. A questão pertinente à "reserva do possível". Doutrina." (RE 410715 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 22/11/2005, DJ 03-02-2006 PP-00076 EMENT VOL-02219-08 PP-01529 RTJ VOL-00199-03 PP-01219 RIP v. 7, n. 35, 2006, p. 291-300).

No que diz respeito à matéria em debate, é válido ressaltar ser plenamente possível o ajuizamento, pelo Ministério Público, de Ação Civil Pública contra os entes governamentais responsáveis para que estes promovam a construção de novas Unidades Socioeducativas de Internação destinadas ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento à previsão expressa contida no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Vejamos:

"PROCESSUAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INSTALAÇÃO DE PROGRAMA SÓCIO-EDUCATIVO DESTINADO À ADOLESCENTE EM REGIME DE SEMI-LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO. DIREITO SUBJETIVO À ABSOLUTA PRIORIDADE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS À VIDA, À EDUCAÇÃO, À DIGNIDADE, AO RESPEITO, À LIBERDADE E À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, ENTRE OUTROS. INTERESSE TRANSINDIVIDUAL. CARÊNCIA DA AÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. 1. Controvérsia gravitante em torno da possibilidade jurídica do pedido formulado em ação civil pública de preceito cominatório de obrigação de fazer, que objetiva a criação e instalação, no município de Ribeirão Preto, de programa sócio-educativo destinado a adolescentes em regime de semi-liberdade previsto no artigo 90, VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. Alegação de que o prazo exíguo para o cumprimento da obrigação de fazer caracteriza a impossibilidade jurídica do pedido, em virtude da sujeição dos entes públicos às Leis de Licitações e de Responsabilidade Fiscal, no que aludem à necessidade de previsão orçamentária para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa. 3. A possibilidade jurídica do pedido, uma das condições da ação, cuja ausência enseja a extinção do processo sem julgamento do mérito, abrange não apenas a previsão legal da pretensão do autor, mas, antes, que a mesma não se encontre "vetada" pela ordem jurídica. 4. Causa de pedir consubstanciada na inobservância, pela FEBEM/SP, da política básica de atendimento dos direitos da criança e do adolescente estabelecida pelo ECA, frustrando a concretização dos direitos fundamentais garantidos pelo artigo 227, caput, da Constituição Federal de 1988, verbis: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." 5. O pleito ministerial não se encontra vedado pelo ordenamento jurídico, constituindo tentativa de assegurar o efetivo respeito ao direito subjetivo do adolescente no município de Ribeirão Preto. 6. Consagrado por um lado o dever do Estado, revela-se, pelo outro ângulo, o direito subjetivo do adolescente. Consectariamente, em função do princípio da inafastabilidade da jurisdição consagrado constitucionalmente, a todo direito corresponde uma ação que o assegure, sendo certo que todos os adolescentes, nas condições estipuladas pela lei, encartam-se na esfera desse direito e podem exigí-lo em juízo. A homogeneidade e transindividualidade do direito em foco enseja a propositura da ação civil pública. 7. Ademais, o magistrado não fica adstrito ao prazo, para o cumprimento da obrigação de fazer, indicado pelo Ministério Público, sendo-lhe defeso, contudo, a prolação de sentença que incorra em um dos vícios de julgamento elencados no artigo 460, do CPC. 8. Recurso especial desprovido." (STJ – RESP 2004/0008887-0 – SP – 1ª T. - RI. Min. Luiz Fux – DJU 12.09.2005 -

No que diz respeito à ingerência do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas, cumpre ressaltar que o entendimento do STJ é no sentido de que é perfeitamente possível que, em sendo verificada a inércia do Poder Executivo em implementar políticas públicas garantidoras da execução de mandamentos legais, o Judiciário, quando provocado, interfira determinando obrigação de fazer capaz de garantir direitos e fazer com que os comandos legais sejam devidamente cumpridos. Vejamos:

"ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – ACESSO À CRECHE AOS MENORES DE ZERO A SEIS ANOS – DIREITO SUBJETIVO – RESERVA DO POSSÍVEL – TEORIZAÇÃO E CABIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE ARGUIÇÃO COMO TESE ABSTRATA DE DEFESA – ESCASSEZ DE RECURSOS COMO O RESULTADO DE UMA DECISÃO POLÍTICA – PRIORIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS – CONTEÚDO DO MÍNIMO EXISTENCIAL – ESSENCIALIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO – PRECEDENTES DO STF E STJ.

1. A tese da reserva do possível assenta-se em ideia que, desde os romanos, está incorporada na tradição ocidental, no sentido de que a

obrigação impossível não pode ser exigida (*Impossibilium nulla obligatio est* - Celso, D. 50, 17, 185). Por tal motivo, a insuficiência de recursos orçamentários não pode ser considerada uma mera falácia.

2. Todavia, observa-se que a dimensão fática da reserva do possível é questão intrinsecamente vinculada ao problema da escassez. Esta pode ser compreendida como "sinônimo" de desigualdade. Bens escassos são bens que não podem ser usufruídos por todos e, justamente por isso, devem ser distribuídos segundo regras que pressupõe o direito igual ao bem e a impossibilidade do uso igual e simultâneo.

3. Esse estado de escassez, muitas vezes, é resultado de um processo de escolha, de uma decisão. Quando não há recursos suficientes para prover todas as necessidades, a decisão do administrador de investir em determinada área implica escassez de recursos para outra que não foi contemplada. A título de exemplo, o gasto com festividades ou propagandas governamentais pode ser traduzido na ausência de dinheiro para a prestação de uma educação de qualidade.

4. É por esse motivo que, em um primeiro momento, a reserva do possível não pode ser oposta à efetivação dos Direitos Fundamentais, já que, quanto a estes, não cabe ao administrador público preterí-los em suas escolhas. Nem mesmo a vontade da maioria pode tratar tais direitos como secundários. Isso, porque a democracia não se restringe na vontade da maioria. O princípio do majoritário é

apenas um instrumento no processo democrático, mas este não se resume àquele. Democracia é, além da vontade da maioria, a

realização dos direitos fundamentais. Só haverá democracia real onde houver liberdade de expressão, pluralismo político, acesso à informação, à educação, inviolabilidade da intimidade, o respeito às minorias e às ideias minoritárias etc. Tais valores não podem ser malferidos, ainda que seja a vontade da maioria. Caso contrário, se estará usando da "democracia" para extinguir a Democracia.

5. Com isso, observa-se que a realização dos Direitos Fundamentais não é opção do governante, não é resultado de um juízo discricionário nem pode ser encarada como tema que depende unicamente da vontade política. Aqueles direitos que estão intimamente ligados à dignidade humana não podem ser limitados em razão da escassez quando esta é fruto das escolhas do administrador. Não é por outra razão que se afirma que a reserva do possível não é oponível à realização do mínimo existencial.

6. O mínimo existencial não se resume ao mínimo vital, ou seja, o mínimo para se viver. O conteúdo daquilo que seja o mínimo existencial abrange também as condições socioculturais, que, para além da questão da mera sobrevivência, asseguram ao indivíduo um mínimo de inserção na "vida" social.

7. Sendo assim, não fica difícil perceber que dentre os direitos considerados prioritários encontra-se o direito à educação. O que distingue o homem dos demais seres vivos não é a sua condição de animal social, mas sim de ser um animal político. É a sua capacidade de relacionar-se com os demais e, através da ação e do discurso, programar a vida em sociedade.

8. A consciência de que é da essência do ser humano, inclusive sendo o seu traço característico, o relacionamento com os demais em um espaço público - onde todos são, in abstracto, iguais, e cuja diferenciação se dá mais em razão da capacidade para a ação e o discurso do que em virtude de atributos biológicos - é que torna a educação um valor ímpar. No espaço público - onde se travam as relações comerciais, profissionais, trabalhistas, bem como onde se exerce a cidadania - a ausência de educação, de conhecimento, em regra, relega o indivíduo a posições subalternas, o torna dependente das forças físicas para continuar a sobreviver e, ainda assim, em condições precárias.

9. Eis a razão pela qual o art. 227 da CF e o art. 4º da Lei n. 8.069/90 dispõem que a educação deve ser tratada pelo Estado com absoluta prioridade. No mesmo sentido, o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que é dever do Estado assegurar às crianças de zero a seis anos de idade o atendimento em creche e pré-escola. Portanto, o pleito do Ministério Público encontra respaldo legal e jurisprudencial. Precedentes: REsp 511.645/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18.8.2009, DJe 27.8.2009; RE 410.715 AgR / SP - Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22.11.2005, DJ 3.2.2006, p. 76.

10. Porém é preciso fazer uma ressalva no sentido de que mesmo com a alocação dos recursos no atendimento do mínimo existencial persista a carência orçamentária para atender a todas as demandas. Nesse caso, a escassez não seria fruto da escolha de atividades não prioritárias, mas sim da real insuficiência orçamentária. Em situações limítrofes como essa, não há como o

Poder Judiciário imiscuir-se nos planos governamentais, pois estes, dentro do que é possível, estão de acordo com a Constituição, não havendo omissão injustificável.

11. Todavia, a real insuficiência de recursos deve ser demonstrada pelo Poder Público, não sendo admitido que a tese seja utilizada como uma desculpa genérica para a omissão estatal no campo da efetivação dos direitos fundamentais, principalmente os de cunho social. No caso dos autos, não houve essa demonstração. Precedente: REsp 764.085/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 1º.12.2009, DJe 10.12.2009”.

Recurso especial improvido. STJ Ministro HUMBERTO MARTINS (1130). REsp 1185474 - SC.RECURSO ESPECIAL 2010/0048628-4. DJe 29/04/2010.

Inclusive, esse entendimento foi adotado pelo Egrégio Tribunal de Justiça Potiguar por ocasião de apreciação de Ação Civil Pública respeitante a superlotação carcerária:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO COMBATE À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA. DEFERIMENTO PELO JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. MANUTENÇÃO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MITIGADA EM FACE DA PREPONDERÂNCIA DO DIREITO QUE SE BUSCA PROTEGER. AUSÊNCIA DE OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. APLICAÇÃO DE MULTA À FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Impõe-se a manutenção da decisão máxime considerando os substratos fático-jurídicos hábeis a atestar a verossimilhança das asserções levantadas, estando o conjunto probatório formado com elementos necessários a regular demonstração do fato constitutivo do direito vindicado. - A segurança pública é dever do Estado e direito de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Nesse jaez, não ha espaço para que a administração pública avalie a oportunidade e a conveniência de cumprir ou deixar de cumprir com o dever que lhe impõe, porquanto deve obediência às regras e aos princípios constitucionais. - Não implica em ofensa aos Princípios da Separação dos Poderes, da Razoabilidade, da Legalidade Orçamentária e da Reserva do Possível, determinação do Poder Judiciário para a implementação de medidas administrativas no âmbito da Segurança Pública com o fito de resguardar a integridade de direitos sociais impregnados de estatura constitucional, quando se revela flagrante a omissão estatal. - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que se mostra perfeitamente possível ao juiz a quo impor multa contra a Fazenda Pública por inadimplemento decorrente da obrigação de fazer.” (TJRN - Agravo de Instrumento Com Suspensividade nº 2008.000281-9 – 1ª Câmara Cível – Rel. Desembargador Amílcar Maia – DJE 17.08.2010).

Desse modo, não podem os Réus se esquivarem da imperativa obrigação de implementar os direitos constitucionalmente assegurados aos adolescentes privados de liberdade, devendo destinar, em caráter prioritário, recursos públicos para tal fim, mormente, quando já disponibilizados recursos federais para sanar as irregularidades gritantes acima apontadas que afronta de forma tão cruel a dignidade da maior parte da população de adolescentes privados de liberdade de nosso Estado.

4. DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR.

A legislação pátria prevê a possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela pretendida nas ações de obrigação de fazer e não fazer nos seguintes termos:

"Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático e equivalente ao do adimplemento.

§ 1º. A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

(...)

§ 3º. Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 4º. O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

(...)"

A medida também restou consagrada pelo Diploma Estatutário:

"Art. 213 — Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providência que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final,

é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação, prévia, citando o réu."

A referida previsão é fundamental para a adequada tutela dos mais diversos bens e interesses jurídicos, como corolário do princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme doutrina o processualista Luiz Guilherme Marinoni:

"Se o direito à adequada tutela jurisdicional é garantido constitucionalmente, o legislador infraconstitucional é obrigado a estruturar o sistema processual de modo a permitir a efetividade da tutela dos direitos. Um sistema de tutela dos direitos que não contenha procedimento adequado à tutela de uma determinada situação de direito substancial não está estruturado de acordo com a exigência constitucional.

Cumpre destacar, ainda, que os princípios constitucionais invocados, pelo fato de resguardarem direitos fundamentais, possuem aplicação imediata, conforme o disposto no art. 5.º, inciso I, da Carta Magna.

A demonstrada omissão do Poder Público em dotar a unidade socioeducativa CEDUC Pitimbu de estrutura física adequada, com mínimas condições de habitabilidade, respeitando-se os direitos fundamentais dos adolescentes que ali se encontram, de nenhuma sorte pode ser justificada, sequer cabendo argumentar com a cediça falta de verbas públicas para o cumprimento daquele cogente princípio constitucional da **prioridade absoluta**.

Tal é o entendimento de Dalmo de Abreu Dalari. Vejamos:

"(...) a tradicional desculpa de 'falta de verba' para a criação e manutenção de serviços não poderá ser invocada com muita facilidade quando se tratar de atividade ligada, de alguma forma, a crianças e adolescentes. Os responsáveis pelo órgão público questionado deverão comprovar que, na destinação dos recursos disponíveis, ainda que sejam poucos, foi observada a prioridade exigida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente". (in Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Malheiros Editores, 2.ª edição, p. 28).

A cabal prova que acompanha esta exordial atesta que a atual situação por que passam os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no CEDUC Pitimbu é insustentável, passível de iminentes lesões irreparáveis com o prolongamento do presente *status quo*, aí residindo o **periculum in mora**.

Não há como mais delongar a resolutividade das questões postas nesta demanda sob pena de eclodir de forma iminente rebeliões e motins na Unidade Ceduc-Pitimbu pela insatisfação e revolta dos socioeducandos internos e de seus familiares, e, ainda, dos funcionários, por estarem habitando e trabalhando em unidade com péssimas condições de salubridade e higienização, dividindo o espaço com ratos, baratas e escorpiões, afora as doenças ocasionadas pela precaridade de habitabilidade.

Registre-se que a tutela antecipada aqui requerida tem como objetivo impedir, com maior brevidade, a continuidade da conduta ilícita praticada pelos Réus consistente na violação de direitos verificada no CEDUC Pitimbu, sob pena de arcarem o Presidente da FUNDAC e o Secretário de Estado de Planejamento com multa diária pelo descumprimento da ordem judicial no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Dessa forma, requer o Ministério Público a concessão de tutela antecipada, no sentido de que seja determinado que os demandados:

a) procedam **reforma estruturante de ordem física, sanitária, hidráulica e elétrica das instalações de todos os espaços do CEDUC Pitimbu, no prazo de 06 (seis) meses, iniciando pelo núcleo de contenção nº 06**, diante a situação de absoluta e inadmissível insalubridade e deterioração em que se encontra, sanando todas as irregularidades apontadas nos relatórios de inspeção deste órgão ministerial dos anos de 2009, 2010 e 2011, da SUVISA e da Corregedoria Geral de Justiça acostados a Peça de Acompanhamento nº 033/08 anexa;

b) procedam as medidas necessárias no prazo de 60 (sessenta) dias para **sanar as irregularidades apontadas no item IV, subitem 1 (cozinha)**, do Laudo de Inspeção da SUVISA, de fls. 505 a 509, pela péssima qualidade da alimentação servida aos internos da Unidade;

c) procedam a **construção de quadra poliesportiva na Unidade Ceduc-Pitimbu, Parnamirim**, no prazo de 06 (seis) meses;

d) implantem no prazo de 04 (quatro) meses **outro programa socioeducativo de internação para atender a demanda de adolescentes sentenciados com medida de internação na Região da Grande Natal**, diante do problema da superlotação da Unidade CEDUC-PITIMBU, estruturando em caráter de urgência unidade predial para executar esse serviço enquanto perdura a construção da Unidade de Internação no Município de Ceará-Mirim, que sequer foi deflagrado certame licitatório para contratação da empresa;

e) **seja aplicada multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)** ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Planejamento, Sr. Francisco Obery Francisco Junior e ao Presidente da FUNDAC, Keginaldo Jacob de Medeiros, uma vez configurado o descumprimento da decisão, passando a multa resultante do inadimplemento a fluir dos termos nas alíneas anteriores definidos.

f) para fins de garantir a eficácia dos provimentos jurisdicionais ora liminarmente pugnados, que seja determinado o **bloqueio de recursos públicos estaduais no montante de R\$ 1.243.832,50** (hum milhão, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) correspondente à contrapartida do Governo do Estado na execução do objeto do convênio nº 712694/2009, qual seja, reforma e ampliação do Centro Educacional CEDUC Pitimbu, Parnamirim e **também do montante de R\$ 2.997.788,14(dois milhões, novecentos e noventa e sete mil reais, setecentos e oitenta e oito reais, quatorze centavos)** correspondente à contrapartida do governo do Estado do Rio Grande do Norte na execução do objeto do convênio nº 737298/2010-17, qual seja, a construção da Unidade de Internação da Região Metropolitana – CEDUC Ceará-Mirim, bem como **adoção das medidas cabíveis de natureza orçamentária-financeira, inclusive, remanejamento de créditos orçamentários referentes à propaganda institucional ou de setores não prioritários da administração pública estadual**, por parte do Secretário de Estado de Planejamento e Presidente da FUNDAC para **o empenho desses valores bloqueados**, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 por descumprimento, de modo a viabilizar a imediata execução dos objetos dos mencionados convênios.

5) DO PEDIDO:

Por todo o exposto, requer o Ministério Público o seguinte:

a) em sede liminar, com base nos arts. 461, §§ 3.º e 4.º, do CPC e 213, § 1.º, do ECA, o deferimento dos pedidos descritos no item 04;

b) a citação dos Réus, a FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNDAC/RN), no endereço no Centro Administrativo do Estado, localizada na BR 101, quilômetro zero, Lagoa Nova, CEP 59000-900, Natal/RN, na pessoa de seu representante legal, e o **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, pelo

Procurador Geral do Estado do Rio Grande do Norte, no endereço com sede no Centro Administrativo do Estado, localizada na BR 101, quilômetro zero, Lagoa Nova, CEP 59000-900, Natal/RN, para contestarem a presente ação, no prazo legal, com a advertência de que o seu silêncio importará na decretação da revelia, reputados como verdadeiros os fatos articulados nesta inicial;

c) no mérito, a **PROCEDÊNCIA** dos pedidos para que sejam os Réus condenados:

ci) **reforma estruturante de ordem física, sanitária, hidráulica e elétrica das instalações de todos os espaços do CEDUC Pitimbu, no prazo de 06 (seis) meses**, sanando todas as irregularidades apontadas nos relatórios de inspeção deste órgão ministerial dos anos de 2009, 2010 e 2011, da SUVISA e da Corregedoria Geral de Justiça acostados a Peça de Acompanhamento nº 033/08 anexa;

cii) **construção e funcionamento da Unidade de Internação da Região Metropolitana da Grande Natal, no Município de Ceará-Mirim**, destinada à atender aos adolescentes sentenciados à cumprir medida sócio-educativa de **internação estabelecida no art. 112, inc. VI da Lei nº. 8.069/90 (ECA)**, nos parâmetros do ECA e do SINASE, no prazo de 01 (um) ano;

ciii) que proceda a **construção de quadra poliesportiva na Unidade Ceduc-Pitimbu, Parnamirim**, no prazo de 06 (seis) meses;

d) **imposição de multa diária aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado de Planejamento e Presidente da FUNDAC**, considerando para tal a pessoa física, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) devida no caso de descumprimento das obrigações fixadas pela sentença e a partir do prazo por ela estabelecido, que reverterá ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos dos artigos 213 e 214 da lei n.º 8.069/90;

e) a determinação das medidas necessárias para a efetivação da tutela específica ou resultado prático equivalente, nos termos do art. 461 e seu § 5º, do Código de Processo Civil, dentre elas, **remanejamento orçamentário-financeiro, mediante a suplementação de créditos orçamentários caso previsto na Lei Orçamentária do presente exercício financeiro ou a abertura de crédito especial para cumprimento das obrigações de fazer descritas nas subalíneas "c"**;

f) a imposição de pena referente a perdas e danos, a ser recolhida ao FIA, na hipótese dos requeridos não tomarem as providências necessárias para a

efetivação do provimento jurisdicional;

g) a condenação nos consectários sucumbenciais;

Protesta e requer o Ministério Público, se julgado necessário, provar o alegado por todos os meios em direito permitidos, especialmente pela juntada de documentos outros que venham a surgir, perícias, ouvida de testemunhas.

Dá-se à causa, a teor do art. 258 do CPC, o valor de R\$ 4.200.000,00. A presente ação é isenta de custas e emolumentos, na forma do art. 141, par. 2º. da Lei 8.069/90.

Pede deferimento.

Parnamirim/RN, 28 de Fevereiro de 2011.

Isabelita Garcia Gomes Neto Rosas

PROMOTORA DE JUSTIÇA